



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

RELAÇÕES DE PODER SEGUNDO BOURDIEU E FOUCAULT: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO TEÓRICA PARA A ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES

Power relationships according to Bordieu and Foucault : a proposal for a theoretical articulation for organization analysis

Mônica Carvalho Alves Cappelle¹, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo², Mozar José de Brito³

RESUMO

A realização do presente ensaio consiste em construir uma proposta teórica de análise das relações de poder nas organizações, na tentativa de estabelecer uma ligação entre a obra de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Os dois autores foram escolhidos por terem elaborado amplas discussões acerca do poder, com possibilidade de se complementarem. A presente proposta vem ao encontro dos anseios de Morin & Le Moigne (2000) e Santos (1996) no que diz respeito à busca por novos modelos e explicações mais abrangentes para o mundo social e ao combate à hiperspecialização das ciências. Também atende aos clamores de Hardy & Clegg (2001) pela transformação dos estudos organizacionais em um conjunto de conversações mais relacionadas e conectadas entre si, principalmente, no que se refere aos estudos sobre o poder.

Palavras-chave: relações de poder, teoria das organizações, Pierre Bourdieu, Michel Foucault.

ABSTRACT

The elaboration of the present paper consists of the building of a theoretical proposal for the power relationships analysis in organizations, in an attempt of establishing a bridge between Pierre Bourdieu's and Michel Foucault's works. These two authors were chosen for their having elaborated wide discussions concerning power, which may complete each other. The present proposal brings answers to Morin & Le Moigne (2000) and Santos' (1996) expectations concerning the search for new and wider models and explanations for social world and to the combat against the hyper-specialization of sciences. It also assists Hardy & Clegg's (2001) clamors for the transformation of the organizational studies in a group of more related and connected conversations, mainly as far as studies about power are concerned.

Key words: power relationships, organizational theory, Pierre Bourdieu, Michel Foucault.

1 INTRODUÇÃO

O poder é um fenômeno cujo conceito tem sido amplamente discutido nos estudos organizacionais, bem como em diversas outras disciplinas das ciências sociais. Com o crescimento das organizações passa a haver cada vez mais estruturas, tarefas e habilidades fragmentadas e especializadas, posições funcionalmente diferenciadas e conhecimento codificado, armazenado, avaliado e dividido, exigindo a criação de estratégias para o direcionamento comum da organização e para ofuscar problemas e conflitos decorrentes da divisão do trabalho. Organizações antigas, com estruturas de status de tarefas contínuas que obedeciam a um conjunto de regras técnicas universais exigidas por todos os indivíduos, têm sido substituídas por algumas tarefas com caráter de elaboração, supervisão e comando e por outras com caráter de execução em diversos níveis e

instâncias (HARDY & CLEGG, 2001). Esse aumento da complexidade das organizações, bem como de sua importância para as sociedades, fazendo com que cresça, em consequência, a quantidade de estudos sobre o poder e suas relações no âmbito da teoria das organizações.

Percebe-se, contudo, que a produção científica da área tem sido tradicionalmente marcada pela presença de feudos e grupos, os quais, raramente, conversam entre si. Clegg & Hardy (1999) argumentam que o estabelecimento de estruturas de análise para as ciências sociais, como a proposta por Burrell & Morgan (1979), a qual classificou os estudos organizacionais conforme os paradigmas funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical, foi uma forma de catalogar um número ilimitado de opções para o desenvolvimento dos estudos organizacionais, ao mesmo tempo em que constituiu um

¹Administradora, Mestre em Administração pelo PPGA – Universidade Federal de Lavras/UFLA, Doutoranda em Administração pelo CEPEAD/UFMG – Professora da Universidade Federal de Lavras/UFLA – edmo@ufla.br

²Doutora em Ciências das Organizações pela Université Paris IX, Daphin – France, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Professora da Faculdade Novos Horizontes e Pesquisadora Sênior do CNPq – lenemelo@unihorizontes.br

³Administrador, Doutor em Administração pela Universidade São Paulo/USP, Mestre em Administração pelo PPGA – Universidade Federal de Lavras/UFLA, Professor adjunto do PPGA/UFLA, Coordenador do PPGA/UFLA e Pesquisador do CNPq e da FAPEMIG – mozarjdb@ufla.br

Recebido em 11/10/05 e aprovado em 20/12/05

nicho protegido para os pesquisadores alternativos, os quais se manteriam livres das críticas dos funcionalistas (paradigma tido como dominante).

Entretanto, tal classificação fez surgir a idéia de que os estudos organizacionais deveriam compreender um conjunto paralelo de opções não relacionadas, menus diferentes e conversações desconectadas e hiperespecializadas. Em relação às abordagens sobre o poder, por exemplo, Hardy & Clegg (2001) detectaram a presença de duas abordagens predominantes: a funcionalista e a crítica, as quais apresentam a forte característica de não conversarem entre si.

Emerge, nesse contexto, a proposta no presente ensaio, que consiste em construir uma proposição de análise das relações de poder nas organizações, na tentativa de estabelecer uma ponte entre a obra de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Os dois autores foram escolhidos por terem elaborado amplas discussões acerca do poder, as quais, conforme a exposição que se segue, acredita-se poderem se complementar.

No alcance do objetivo indicado, primeiramente, apresentam-se as duas correntes predominantes sobre o poder na visão de Hardy & Clegg (2001), a funcionalista e a crítica, bem como algumas tentativas de se construir pontes de conversação entre ambas. Posteriormente, introduzem-se as concepções de poder em Bourdieu e em Foucault, para, depois, discutirem-se as possibilidades de ligação entre os dois autores. Finalmente, descortina-se o modelo de análise proposto, com a sugestão de possíveis aplicações para a análise das organizações, encerrando-se o ensaio com as considerações finais.

2 OS PARADIGMAS FUNCIONAL E CRÍTICO SOBRE O PODER: UMA CARÊNCIA DE PONTES

Na tentativa de reconstruir uma reconceitualização do poder que possa promover a ação coletiva, Hardy & Clegg (2001) exploraram as diversas vozes ouvidas na literatura sobre poder, e como resultado, resgataram duas abordagens predominantes as quais classificaram como a corrente funcionalista e a crítica.

A corrente funcionalista, segundo Hardy & Clegg (2001), é de cunho gerencialista e procura tratar o poder como um elemento que deve ser suprimido das organizações, por ser reconhecido apenas como um elemento informal, ou seja, está distribuído na organização e é concedido aos grupos dentro de formatos não oficiais. Segundo essa perspectiva, os interesses da administração são condizentes com os interesses da organização, e o bom funcionamento da empresa depende de que os

empregados sejam conduzidos de forma a não manifestarem interesses diversos aos dela. Esses interesses são reconhecidos como o aspecto político inerente à organização, de caráter informal e ilegítimo. Entre os autores que compõem essa corrente, destacam-se Pfeffer (1981), o qual acredita não ser necessária a atividade política quando não há oposição ou desacordo dentro da organização; e Mintzberg (1983), que defende a ilegitimidade e o caráter disfuncional do uso do poder, interessando-se em conhecer quem detém o poder, de que forma ele é obtido, e quais configurações ele apresenta. Essa visão funcionalista do poder, para Hardy & Clegg (2001), não é capaz de explicar por que existem interesses divergentes manifestos nas organizações. Na verdade, nem mesmo chega a reconhecê-los como legítimos. Assim, os pressupostos funcionalistas indicam que “apenas ‘as pessoas más’ fazem uso do poder; as ‘pessoas boas’ usam alguma outra coisa, embora a literatura não seja clara sobre exatamente que coisa seria essa” (HARDY & CLEGG, 2001, p. 271).

Por outro lado, os autores argumentam que a corrente crítica dos estudos sobre poder reconhece a existência de conflitos de interesses nas organizações os quais servem a alguns grupos, mas não a todos. Nesse caso, acredita-se também na possibilidade de manifestação da resistência de alguns dominados à dominação, o que é aprofundado por Melo (1995) ao afirmar que o comportamento humano, mesmo que seja em grau mínimo, possui algum sentido de liberdade. Assim, as correntes críticas modernistas começaram a investigar os meios de dominação de modo mais detalhado, refletindo também sobre a resistência de grupos subordinados.

Entre os autores que compõem a corrente crítica modernista, Hardy & Clegg (2001) destacam Lukes, o qual traçou os avanços no estudo do poder realizados na ciência política. Lukes (1980), a partir da visão unidimensional do poder, proposta por autores chamados de Pluralistas, e da visão bidimensional do poder, construída sob a forma de uma crítica à visão unidimensional, elabora a terceira visão do poder, a qual, segundo ele, permite efetuar uma análise mais profunda e mais satisfatória das relações de poder do que as outras duas (unidimensional e bidimensional). Na terceira dimensão do poder, Lukes (1980) focaliza sua atenção nos mecanismos sociais e de classe que perpetuam o *status quo* e são usados pelas classes dominantes para apoiar e justificar sua dominação material.

Nota-se que as três dimensões do poder de Lukes (1980) discutem aspectos como a disputa por interesses e a formação de grupos e alianças, o caráter simbólico do poder e suas formas de exercício (coerção, influência,

autoridade formal, manipulação, etc), bem como a legitimação do poder. Entretanto, seu trabalho é criticado por autores como Clegg (1993) por falhar em conceber o poder sob a forma de suas relações, encarando-o apenas como um bem, uma capacidade que é possuída e não exercida. Essa nova visão do poder por meio de suas relações começa a emergir nos diversos campos epistemológicos das ciências sociais, mais particularmente, nas ciências que estudam as organizações.

3 PARA ALÉM DOS PARADIGMAS FUNCIONAL E CRÍTICO: EVOLUÇÕES NAS VISÕES SOBRE O PODER

Com a evolução dos estudos sobre poder nas organizações, novas linhas de trabalho foram se mobilizando, questionando tanto a perspectiva funcional como as suposições modernistas da teoria crítica. Tais correntes, apesar de não terem sido capazes de oferecer uma perspectiva de ligação entre os estudos funcionalistas e críticos sobre o poder, podem ser consideradas como mais abrangentes na explicação de conflitos de interesses, disfunções gerenciais, resistência a mudanças, ou mesmo as relações de poder entre pessoas e grupos envolvidos com as organizações em redes.

3.1 A tradição Funcionalista: Estratégias de Gerenciamento para Vencer o Conflito

Entre os autores que seguem a tradição da literatura gerencial, Pettigrew (1977) foi um dos que extrapolou a concepção do poder como algo disfuncional e ilegítimo e passou a concebê-lo como legitimação. Para Pettigrew (1977), os conflitos passam a ser considerados necessários por permitirem a expressão das liberdades individuais e denotarem a democracia. A atividade política não deve ser mais desconsiderada e nem negada, pois ela torna a humanidade única ao fornecer componentes históricos para a formação das relações interpessoais.

Também inseridos na corrente gerencialista sobre o poder, Crozier & Friedberg (1990) igualmente defendem a concepção do poder como inerente às relações de trabalho e não como um aspecto negativo, disfuncional. Para os autores, o comportamento do empregado envolve sua capacidade de negociação diante de determinados recursos de poder que ele possui, como suas experiências profissionais, seu conhecimento sobre o trabalho ou a maneira como ele manipula as situações que vivencia. Nessa concepção de poder, cunhada por Crozier & Friedberg (1990), concebe-se o caráter subjetivo e

contingente do comportamento dos empregados, dependendo tanto do contexto, como da maneira como o empregado lida com esse contexto. Assim, o exercício do poder dependerá das características do tipo de organização, tanto de sua estrutura formal, como da cultura organizacional, bem como das possibilidades que o empregado tem de se coligar com seus colegas, de mobilizar a solidariedade do grupo, de construir e estabelecer relações e alianças, de suportar tensões psicológicas, e também da estratégia que ele venha a traçar diante de cada situação (MELO, 1991).

A contribuição de Crozier & Friedberg (1990) para a noção de poder origina-se da visão dos empregados como atores/jogadores que são capazes de elaborar estratégias para regular e estruturarem suas relações de poder na organização. Entretanto, segundo Melo (1991), essa concepção das estratégias do ator imersas no jogo organizacional ainda possuem um caráter funcionalista, contentando-se em observar a limitação da liberdade e do poder dos empregados sem maiores reflexões e sem considerar situações de mobilização coletiva e nem a decisão do empregado de romper-se com a organização. Para a autora, existe algo além da concepção do jogo

...passando pelas alternativas do 'se quiser ganhar' ou do 'se quiser continuar a jogar'. Parece que, na maioria dos casos, a opção é única e praticamente a do 'ter que continuar a jogar', principalmente levando-se em consideração as condições sócio-econômicas brasileiras. Tal processo social se apóia, muitas vezes, sobre relações de poder que envolvem fenômenos de obediência e subordinação (...) [que] como práticas sociais, organizam-se referenciadas e através de práticas sociais dominantes e determinadas (MELO, 1991, p. 107-108).

Melo (1991) acredita que seja necessário mais que simplesmente analisar o poder mediante a concepção do jogo como um instrumento da ação organizada. Para a autora, faz-se necessária uma observação mais acurada das ações não verbais, das atividades no cotidiano e involuntárias, acompanhada da obtenção de confissões e de significados via métodos capazes de captar as subjetividades, as verdadeiras raízes dos comportamentos individuais e coletivos, o universo simbólico humano. Considerando-se a argumentação de Melo (1991), a noção de poder simbólico cunhada por Bourdieu (2001a) parece envolver aspectos mais abrangentes acerca dos sistemas de dominação que permeiam os sistemas sociais.

3.2 O Poder Simbólico em Bourdieu: Entre a Estrutura e a Ação

O trabalho de Pierre Bourdieu é abrangente e tem se afirmado ao longo dos últimos anos por sua inovação na escolha dos objetos de análise (sociedades tribais, sistemas de ensino, processos de reprodução, lógicas de distinção); na atenção aos fenômenos de percepção social, produção simbólica e relações informais de poder; nos conceitos-chave que desenvolveu (noção de *habitus*, capital simbólico e campo); e no questionamento da posição do investigador como forma de controle de seu trabalho de produção de sentido (BOURDIEU, 2001b). Em sua busca por explicitar as relações de poder inscritas na realidade social, ou em um campo social, Bourdieu (2001b) sustenta o compromisso de revelar as formas implícitas de dominação de classes nas sociedades capitalistas, defendendo a tese, segundo a qual, a classe dominante não domina completamente e não força seus dominados a se conformarem com a dominação.

Bourdieu (2001a) defende a existência do poder simbólico, mediante o qual, as classes dominantes (ou campos dominantes) são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilita exercer o poder. Para o autor, esses símbolos são instrumentos por excelência da integração social e tornam possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social o qual contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social dominante. O poder simbólico consiste, então, "...[n]esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 2001a, p. 7-8). Percebe-se, nesse ponto, a presença na necessidade de legitimação do poder pelo outro para que seu exercício surta efeito, assim como na obra de Crozier & Friedberg (1990) e Pettigrew (1977). Contudo, a obra de Bourdieu diferencia-se desses autores no que diz respeito à introdução da noção dos sistemas simbólicos, sistemas de comunicação e conhecimento cujo poder serve à construção da realidade que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo social, ou seja, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa, tornando possível a concordância entre os atores sociais.

Nesse sentido, Bourdieu (2001a) extrapola a tradição funcionalista e defende a análise estrutural como instrumento metodológico para apreender a lógica específica das formas simbólicas, por meio do isolamento da estrutura imanente a cada produção simbólica. Ou seja,

seguindo a tradição estruturalista, as estruturas estruturadas, tais como a língua, as culturas, o discurso ou a conduta, por exemplo, funcionam como intermediários estruturados construídos para explicar a relação entre objeto simbólico e sentido.

Bourdieu (2001a) também afirma que as produções simbólicas, por sua vez, funcionam como instrumentos de dominação porque contribuem para a integração real das classes dominantes, distinguindo-as das outras classes; para a desmobilização das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida, mediante o estabelecimento de distinções (hierarquias); e para a legitimação das distinções. Segundo Bourdieu (2001a, p. 11),

Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Para que tudo isso aconteça, Bourdieu (1996a) afirma ser necessária a presença de universos nos quais as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzir nas estruturas mentais. Entre as instituições que contribuem para essa reprodução, o autor assinala os ritos de instituição que criam separação entre os "iniciados" e os "não-iniciados". Importante ressaltar que Bourdieu (1996a) não nega a presença de conflitos. Para ele, a estruturação das mentalidades, ou seu processo de construção, implica aceitar a presença de luta nos campos de poder.

Nesse sentido, as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta simbólica para imporem a definição do mundo social em conformidade com seus interesses, formando um campo das posições sociais (BOURDIEU, 2001a). A noção de campo social, segundo Bourdieu (1996b), representa um campo de forças imposto aos agentes que nele se encontram e um campo de lutas, no qual esses agentes lutam com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura desse campo. O campo consiste, portanto, numa estrutura de relações sociais, num espaço socialmente estruturado, cujos limites só podem ser determinados em cada situação.

Para Misoczky (2001), a noção de campo de poder, segundo Bourdieu, pode contribuir para problematizar o tema da ação social e das estruturas nos estudos organizacionais, porque o autor desenvolve uma filosofia

da ação cujo ponto central é a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas dos campos sociais e as estruturas incorporadas (o que o autor denomina de *habitus*). O *habitus* é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, pelo qual se indica a disposição incorporada e quase postural de um agente, os princípios geradores e organizadores de suas práticas, captados quando da sua ação (BOURDIEU, 1999, 2001a). Trata-se de um saber prático das leis tácitas de funcionamento social adquiridos pela socialização praticada em um determinado campo, ou espaço social global.

O *habitus*, segundo Wacquant (1992), é uma composição de relações históricas depositadas nos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação, ao passo que um campo de poder é composto por um conjunto de relações históricas e objetivas, relacionadas a certas formas de poder (tipos de capital). Percebe-se, portanto, que ao considerar as relações de poder sob a perspectiva de Bourdieu (2001a), deve-se compreender as estruturas objetivas presentes nos campos sociais e as estruturas incorporadas (*habitus*) dos sujeitos.

Apesar de ser classificado como um autor da corrente estruturalista do pensamento (LECHTE, 1995), é no conceito de *habitus* que Bourdieu formula uma espécie de rompimento com o paradigma estruturalista, ao colocar em evidência as capacidades criadoras, ativas e inventivas do agente (BOURDIEU, 2001a). Nesse caso, Bourdieu (2001a) preocupa-se com as relações e não com as realidades fenomênicas nas quais elas se manifestam, recusando-se a reduzir os agentes a simples fenômenos da estrutura. Nesse ponto, Misocsky (2002, p. 54) aproxima a noção de poder em Bourdieu e Foucault ao declarar que “Como Foucault, Bourdieu vê o poder como difuso e oculto em modos de ver e descrever o mundo amplamente aceitos e, freqüentemente, não questionados”. Ou seja, remetendo à classificação elaborada por Hardy & Clegg (2001), os estudos de Bourdieu e Foucault inserem-se entre aquelas novas linhas de trabalho nas quais se questiona tanto a perspectiva funcional como a teoria crítica modernista, na tentativa de serem mais abrangentes na compreensão das relações de poder no espaço organizacional. Cabe ressaltar, ainda segundo Misoczky (2002), que, de modo diferente de Foucault, Bourdieu relaciona esse poder difuso e simbólico ao poder político e econômico (sem reduzi-los), ressaltando sua função eminentemente legitimadora. Já Foucault, como será visto adiante, procura entender o poder do ponto de vista de seus efeitos, sem que, necessariamente, possua uma base, seja ela política,

econômica ou social. Uma visão mais aprofundada da noção de poder em Foucault permitirá ampliar a discussão entre a obra dos dois autores.

3.3 A Microfísica do Poder em Michel Foucault

Muitos dos debates sobre o poder (GALBRAITH, 1984; MINTZBERG, 1983) o têm enfocado em sua forma hegemônica, ou seja, têm se preocupado, principalmente, com a obtenção e detenção do poder. Entretanto, o poder também pode ser analisado sob um aspecto que enfatiza o seu exercício. Nesse caso, o poder é concebido não como um estado mental, mas como um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente de indivíduos e grupos, como na perspectiva defendida por Foucault (1977, 1979, 1980, 1995). Essa perspectiva é seguida por outros autores, como Segnini (1989), em seu trabalho sobre as práticas disciplinares no banco Bradesco; Fischer (1989) e sua concepção de círculos de poder; na noção de circuitos de poder apresentada por Clegg (1992, 1993); e na discussão sobre o caráter disciplinar das políticas de recursos humanos, estudado por Townley (1993).

Essas abordagens foucaultianas acerca do poder, de acordo com Clegg (1993), baseiam-se nos princípios de Maquiavel e em sua tentativa de interpretar as estratégias do poder, redirecionando o foco de quem o possui para os efeitos de seu exercício. A aproximação entre a abordagem foucaultiana e a de Maquiavel é feita no que se refere à rejeição das realizações globais em favor das locais e contingenciais, ao fascínio por alianças inconstantes e instáveis que se alteram constantemente ao longo do tempo, e à tendência de ambos os autores não acreditarem em qualquer centro de poder único, originário e decisivo, mas sim no caráter dinâmico e capilar das relações de poder que perpassam todas as esferas sociais. É necessário enfatizar que as obras de Foucault e Maquiavel se diferem quanto aos objetos de análise, propósitos e ao próprio tratamento da questão do poder, apesar de se aproximarem nos aspectos apontados por Clegg (1993), os quais servem para destacar o estado contingente, mutável e capilar das relações de poder em Foucault.

Para Foucault (1979), a verdade constitui um conjunto de procedimentos regulados para a circulação e o funcionamento dos discursos e está ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que a reproduzem e são induzidos por ela. Trata-se, portanto, de uma espécie de *verdade virtual*, que se posiciona secundariamente com relação ao que deve apoiá-la e sustentá-la, seja sob a forma de infra-estrutura,

determinação econômica, material, ou simbólica, entre outros recursos de poder.

Foucault (1977, 1979) procura captar o poder em suas extremidades, nas quais ele se torna capilar, longe das formas regulamentares, centrais e legítimas por meio das quais ele normalmente é estudado, ou seja, procura examinar como a punição e o poder de punir materializam-se em instituições locais e regionais e nos discursos, podendo ser caracterizado como micro-poder, ou sub-poder. Além disso, Foucault (1979) não procura indicar quem deseja dominar, seus motivos, mas como funciona esse processo de sujeição e dominação dos indivíduos⁴, o que também diferencia seu trabalho da obra de Maquiavel.

Foucault (1979) argumenta que na Idade Média e na Antiguidade greco-romana, sempre existiram tratados (similares à obra de Maquiavel) que se apresentavam como conselhos aos soberanos quanto ao modo de se comportar, de exercer o poder, de como manter seu principado. Mas, ao desenvolver o conceito de governo e governamentalidade, Foucault (1979) reconhece que O Príncipe (MAQUIAVEL, 1944) apresenta como objetivo, por um lado, a demarcação dos perigos (de onde vêm, em que consistem, qual sua intensidade), e por outro, o desenvolvimento da arte de manipular as relações de força que permitirão ao príncipe proteger seu principado. Para Foucault (1979), ser hábil em conservar um principado não consiste, necessariamente, em possuir a arte de governar. Foucault (1979, p. 280) acredita que a arte de governar, ou governamentalidade, envolve uma “pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado; multiplicidade e imanência que se opõem radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel”. Há, portanto, muitas formas de governo, na medida em que muitas pessoas podem governar: o chefe de família, a superiora de um convento, o professor em relação ao aluno, o mestre em relação ao discípulo. Pode-se mesmo entender que a qualquer um é possibilitado o exercício do poder, o que dependerá do contexto e da capacidade individual de produzir conhecimento e utilizá-lo em seu benefício.

A governamentalidade, enfim, envolve o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, a qual tem por alvo a população e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança e um conjunto de saberes. Foucault (1995) acredita que as estruturas do poder moderno promovem, simultaneamente, a individualização e a totalização dos sujeitos, os quais, para se libertarem devem ter como objetivo recusar o que são, mesmo que nem cheguem a

tomar conhecimento do que são.

A aceitação do caráter relacional, contingencial e localizado do poder, bem como o fato de as relações por ele engendradas serem capazes de criar objetos de conhecimento, faz com ele que seja encarado como o desejo de conhecer, como algo criativo, e não apenas negativo (FOUCAULT, 1977). O objeto da análise foucaultiana constitui o que está envolvido no ato de tornar um indivíduo ou uma arena conhecíveis; quais são os processos mediante os quais eles são conhecidos; como esses processos são estabelecidos e utilizados; e quais são os seus efeitos, ou seja, o autor enfatiza as técnicas por meio das quais os seres humanos tentam compreender eles mesmos e os outros. Essas técnicas não devem ser consideradas como preestabelecidas, mas como constituídas historicamente pelos discursos, não importando, para Foucault, sua veracidade ou falsidade, se o conhecimento que geram é objetivo ou subjetivo.

As técnicas que produzem e permitem acumular conhecimento acerca do objeto, ou do indivíduo, têm o objetivo de organizar o espaço, controlar o tempo, promover a vigilância contínua, perpétua e ilimitada e registrar continuamente o conhecimento (FOUCAULT, 1979). Como práticas disciplinares, largamente disseminadas em escolas, exército, asilos, e até mesmo nas empresas capitalistas, se constituem em estratégias de poder que se transformam em práticas discursivas que disciplinam o corpo, instituindo gestos, atitudes, condutas e posturas, regulam a mente e ordenam as emoções.

Além das técnicas disciplinares, Foucault (1995) apresenta também uma forma mais concreta para se analisarem as relações de poder, mediante o estabelecimento de alguns pontos, expressos no quadro 1.

Pela concepção de poder cunhada por Foucault, permite-se considerar múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre os próprios sujeitos e sobre os outros, e de institucionalização, as quais remetem a diferentes formas de poder, de possibilidade de ação sobre a ação dos outros (FOUCAULT, 1995). Na abordagem foucautiana, permite-se ampliar a visão funcionalista de que todo o poder presente nas organizações é ilegítimo e informal, reconhecendo sua existência como indissociável de qualquer prática social e ressaltando seus aspectos positivos.

⁴Esse fato é evidenciado pela denominação do livro de Foucault (1979), *Microfísica do Poder*, que significa tanto um deslocamento do espaço da análise, quanto do nível em que esta se efetua.

QUADRO 1 – Pontos de análise das relações de poder.

Pontos de análise	Descrição
1. O sistema de diferenciações	Diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças lingüísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências, etc.
2. O tipo de objetivos	Objetivos perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros, tais como manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária, exercício de uma função ou profissão.
3. As modalidades instrumentais	Exercício do poder pela ameaça das armas, por efeitos da palavra, disparidades econômicas, mecanismos mais ou menos complexos de controle, sistemas de vigilância, regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais, etc.
4. As formas de institucionalização	Podem misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou de moda (p.e. instituições familiares); podem ter aparência de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, regulamentos próprios, estruturas hierárquicas e relativa autonomia funcional (p.e. instituições militares); podem formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos (p.e. o Estado).
5. Os graus de racionalização	Em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder); ou em função do custo eventual (custo econômico dos meios utilizados ou do custo em termos de reação constituído pelas resistências encontradas).

FONTE: Elaborado a partir de Foucault (1995, p. 246-247).

Possibilita também escapar à visão de que o poder está somente ligado à hierarquia organizacional e à organização, relativizando a idéia da organização como dominadora e dos empregados como dominados e submissos. Esse poder como capacidade de agir sobre a ação do outro, segundo Meyer (1996), difere da dominação, no sentido de relações de poder fixas e assimétricas nas quais a possibilidade de resistência deixa de existir. Esse pode ser considerado um ponto marcante de diferenciação – ou de complementaridade - entre as obras de Foucault e Bourdieu, que será confrontado, juntamente com outros aspectos, a seguir.

4 UMA PONTE EM CONSTRUÇÃO: ENTRE MICHEL FOUCAULT E PIERRE BOURDIEU

Pierre Bourdieu está entre os autores estruturalistas de grande expressão (LECHTE, 1995). O estruturalismo emergiu como forma de orientação da construção do pensamento, largamente difundida na França, no período após a Segunda Guerra Mundial, a qual desafiava a ênfase positivista em uma explicação essencialista e universal da sociedade e do conhecimento. A proposta do estruturalismo era substituir esse universalismo por uma visão estrutural, ou seja, relacional e diferencial, da natureza (LECHTE, 1995).

Entretanto, o próprio Lechte (1995) reconhece que, em decorrência da complexidade do trabalho de Bourdieu e também da impossibilidade de se agruparem autores em categorias fixas e irredutíveis de orientações intelectuais, corre-se o risco de classificar erroneamente a obra do referido autor. Bourdieu (1996a) procurou analisar distinções de classe e desigualdades em um nível estrutural, não ideológico, mas sem sucumbir ao que ele mesmo denominou de ilusão objetivista do estruturalismo: o autor argumenta que grande parte dos estruturalistas adotam uma relação de distância arrogante e prepotente em seu objeto de pesquisa. De fato, Dreyfus & Rabinow (1995) afirmam que a abordagem estruturalista tenta eliminar tanto o sujeito quanto o sentido, buscando leis objetivas que governam a atividade humana, o que não é o caso de Bourdieu que inclui a possibilidade da ação humana - mesmo diante de uma estrutura objetiva - em suas análises. Transpondo para a teoria das organizações, seria reconhecer a possibilidade de ação e intervenção das pessoas, mesmo estando inseridas em uma estrutura organizacional previamente dada.

Também a esse respeito, Misoczky (2001) acredita não ser correto incluir Bourdieu entre os proponentes da

teoria da estruturação, visto que, no centro de seu projeto, encontra-se o tratamento da oposição entre objetivismo e subjetivismo. Segundo a autora, Bourdieu caracteriza seu trabalho como um “estruturalismo construtivista”, expressando a articulação dialética entre objetivismo (estruturas sociais) e subjetivismo (estruturas mentais). Assim, a denominação “estruturalismo” representa as estruturas objetivas que existem no mundo social independentemente da consciência e da vontade dos agentes, as quais orientam práticas e representações desses mesmos agentes; enquanto a denominação “construtivista” compreende a construção social dos esquemas de percepção, pensamento e ação (ou *habitus*) e dos campos sociais, entre os quais se inserem as organizações (BOURDIEU, 1996b). Dessa forma, no trabalho de Bourdieu, permite-se que se compreenda a ação interativa entre atores sociais dotados de vontade na construção social da realidade e em processos de mudanças, mesmo estando limitados por fatores estruturais.

Para Bourdieu (1996b), os agentes, ou atores, sociais constroem o mundo social individual e coletivamente a partir de uma estrutura objetiva de distribuição de diferentes tipos de capital (formas de poder), sejam eles físicos, culturais ou simbólicos, cuja eficiência varia de forma contingente e localizada. A ação dos atores sobre essas estruturas objetivas constitui o campo social, dentro do qual ocorrem as disputas entre os agentes possuidores de meios e fins diferenciados e de um *habitus* adquirido por sua socialização prévia ou por aquela praticada dentro do próprio campo. Tais disputas irão contribuir para a conservação ou transformação da estrutura do campo.

Apesar de tratar-se de transformações nas estruturas do campo, no trabalho de Bourdieu, verifica-se uma forte ênfase na dominação de classes nas sociedades capitalistas. Bourdieu (1996a) acredita que as classes dominantes são beneficiárias de poder econômico, social e simbólico, imbricado nas instituições e práticas das sociedades e reproduzido por essas mesmas instituições e práticas. Trata-se da teoria da dominação simbólica, a qual envolve a dominação de uma etnia sobre outra, de classes dominantes sobre as dominadas, de empregadores sobre empregados, ou do sexo masculino sobre o feminino. A dominação simbólica, segundo o autor, envolve uma ordem institucional que existe, de um lado, nas coisas (objetivismo) e, de outro, nas mentes (subjetivismo). Assim, mesmo que haja revoluções técnicas, por exemplo, pode não haver mudanças nas relações de trabalho preexistentes. Porque

as mentes continuam a reproduzir as estruturas das quais são o próprio produto (BOURDIEU, 1996a).

É nesse ponto que as reflexões de Bourdieu acerca da dominação divergem das de Foucault, visto que o segundo autor procura deslocar o foco do determinismo, seja ele econômico, biológico ou social, para uma concepção da sociedade como construções relacionais, localizadas e historicamente datadas, as quais se relacionam de formas específicas e particulares (MEYER, 1996). Foucault (1979) trabalha a idéia de múltiplas dominações (ou governos) que se atravessam, reforçam ou fragilizam sob a forma de um poder mais plural e menos centralizado. Para Foucault (1979, p. 252),

Uma classe dominante não é uma abstração, mas também não é um dado prévio. Uma classe que se torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, estes são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação. Mas entre a estratégia que fixa, reproduz, multiplica, acentua as relações de força e a classe dominante, existe uma relação recíproca de produção.

Com essa concepção, permite-se pensar a dominação de forma complexa e não mais estabelecida unilateralmente, refletir sobre como os atores se relacionam (enfrentam-se, aliam-se) nas arenas sociais, trocando de posição a cada momento. Como pessoas são admitidas, demitidas, desenvolvem-se em suas carreiras ou não, como empregados podem alterar o curso de processos de mudança, tais como fusões e aquisições, como líderes políticos ascendem ou são depostos, entre outros aspectos. Nesse sentido, acredita-se que com essa proposta, demarca-se uma aproximação teórica com o pós-estruturalismo.

De fato, Foucault é designado por muitos autores, entre eles Lechte (1995) e Sarup (1993) como um representante da corrente pós-estruturalista. Sarup (1993) afirma que os pós-estruturalistas são radicalmente contra o conceito de totalidade em favor da fragmentação, além de enfatizarem o local e o contingencial. Para Lechte (1995), no pensamento pós-estruturalista, examina-se a noção da diferença em todas suas facetas e propõe-se um questionamento radical da diversidade e da relação sujeito-objeto. Sarup (1993) complementa argumentando que pós-estruturalistas, como Foucault, procuraram desconstruir os conceitos por meio dos quais o sujeito vinha sendo compreendido no passado.

Entretanto, Dreyfus & Rabinow (1995, p. 280) contrapõem alegando que Foucault “não objetiva ‘desconstruir’ o sujeito, mas transformar completamente o eu profundo em eu histórico, para abrir a possibilidade da emergência de um novo sujeito ético.” Segundo os autores, Foucault dirige sua atenção para uma área que é mais aberta à mudança e define o problema atual da humanidade como sendo a maneira de se construir uma ética diferente.

Dreyfus & Rabinow (1995) argumentam que para situar a obra de Foucault é necessário bem mais do que simplesmente classificá-lo como pós-estruturalista: é importante reconhecer as diferentes estratégias de Foucault para o estudo dos seres humanos movendo-se além do estruturalismo, da fenomenologia e da hermenêutica. Os autores julgam que o método arqueológico⁵ de Foucault se assemelha ao método estruturalista, em decorrência de sua tentativa de encontrar uma estrutura silenciosa, que mantém as práticas, os discursos, a experiência da percepção, bem como o sujeito de conhecimento e seus objetos. Para os autores, a fenomenologia que originou o contramovimento existencialista, dentro do qual se situava a fenomenologia da experiência vivida, também influenciou o pensamento de Foucault. A fenomenologia da experiência vivida tentava mostrar que o corpo vivido, como um conjunto integrado de habilidades, organizava a experiência cotidiana.

Já a influência da hermenêutica na obra de Foucault vem justamente da possibilidade que ela oferece de se dar uma interpretação à interpretação incorporada às práticas cotidianas (DREYFUS & RABINOW, 1995). Porém, como afirmam os autores, o desenvolvimento do interesse de Foucault nos efeitos sociais, mais do que no sentido das práticas cotidianas, o afastou da posição hermenêutica. Na verdade, em seus estudos, Foucault consegue transitar entre o estruturalismo, a fenomenologia e a hermenêutica, o que faz com que muitos compreendam seu trabalho como pós-estruturalista.

⁵ O método arqueológico envolve a necessidade de o arqueólogo se posicionar com distanciamento diante de todo o tipo de discurso e de saber, especialmente diante de seu próprio. (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 14). Os autores afirmam, ainda, que “como uma técnica, a arqueologia serve para isolar discursos-objetos, ela serve para distanciar e desfamiliarizar os discursos sérios das ciências humanas. Isto, por sua vez, permite a Foucault levantar as questões genealógicas. Como são esses discursos utilizados? Que papel eles representam na sociedade?”.

De qualquer forma, apesar de o estruturalismo e o pós-estruturalismo apresentarem características diferenciadas, Sarup (1993) defende que há algumas similaridades que unem as duas abordagens, principalmente porque ambas as correntes do pensamento produziram críticas à ordem vigente. Dentre essas similaridades, Sarup (1993) aponta a crítica ao sujeito humano e a necessidade de dissolvê-lo para estudá-lo; a crítica ao historicismo e uma antipatia à noção de que há um padrão geral em toda a história; a crítica ao significado e a introdução dos estudos da linguagem e do discurso na filosofia e na ciência; e a crítica à filosofia.

Entre as diferenças e discontinuidades entre as duas correntes do pensamento, Sarup (1993) aponta o fato de que, enquanto o estruturalismo vê a verdade como estando atrás ou entreposta a um texto, o pós-estruturalismo enfatiza a interação entre leitor e texto para produzir o seu significado. Além disso, Sarup (1993) afirma que autores pós-estruturalistas, como Foucault, negam o conceito de estrutura, mas essa negação é feita de forma radical e anti-científica. De fato, essa é uma grande crítica à obra de Foucault: o poder para ele não possui nenhuma base específica, origem ou fundamento. O objetivo de seu exercício existe (tornar corpos dóceis), as estratégias para exercê-lo são traçadas coerentemente, mas esse exercício não é atribuído a sujeito algum. É como se fosse uma estratégia sem sujeito. O próprio Foucault (1979, p. 256) reconhece isso quando é questionado acerca de quem combate contra quem em sua teoria sobre as relações de poder:

Certamente, e é isto que me preocupa. Não sei bem como solucionar este problema. Mas quando se considera que o poder deve ser analisado em termos de relações de poder, é possível apreender, muito mais que em outras elaborações teóricas, a relação que existe entre o poder e a luta, em particular a luta de classes.

Da mesma forma, ao ser perguntado sobre quem são, para ele, os sujeitos que se opõem nas lutas de classes que ele próprio define, Foucault (1979, p. 257) responde de forma vaga:

O que vou dizer não passa de uma hipótese: todo mundo [se opõe] a todo mundo. Não há, dados de forma imediata, sujeitos que seriam o proletariado e a burguesia. Quem luta contra quem? Nós lutamos contra todos. Existe sempre algo em nós que luta contra outra coisa em nós.

Sarup (1993) argumenta que a indefinição de quem exerce as estratégias de poder em Foucault prejudica também a definição das formas de resistência, tão defendidas pelo próprio Foucault. Assim, permanecem sem respostas as questões acerca de por que e a quem se resistir? Para que e a quem obedecer? Por essas razões, o trabalho de Foucault é considerado de grande validade no que diz respeito às técnicas específicas de se exercer poder, ao seu aspecto relacional e localizado, às possibilidades de resistência, à consideração do poder como algo positivo, produtivo, e não apenas negativo, mas deixa lacunas quando se trata de um projeto teórico mais amplo (SARUP, 1993).

Diante da argumentação elaborada, acredita-se na possibilidade de construção de uma ponte - como diriam Hardy & Clegg (2001) - de um modelo de análise das relações de poder no espaço organizacional que ofereça uma complementaridade entre as concepções de Bourdieu e de Foucault. Um modelo que transite entre o estruturalismo construtivista de Bourdieu e o estruturalismo holístico, a fenomenologia e a hermenêutica que nortearam Foucault em direção ao pós-estruturalismo.

5 RELAÇÕES DE PODER NAS ORGANIZAÇÕES: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

No modelo teórico de análise das relações de poder proposto, a utilização da concepção de poder foucaultiana permite analisar as relações de poder, as estratégias utilizadas para se exercer o poder, para resistir a ele, para disciplinar, para se manter ou se sobressair em um determinado espaço organizacional, em um nível micro. Esse nível micro de análise, contudo, será delimitado por um campo de poder, conceito resgatado da obra de Bourdieu (1999). Nesse campo, as relações de poder ocorrem e podem ser percebidas pelos agentes, que se organizam com seus recursos (tipos de capital físico, simbólico, cultural, etc) e interagem com as estruturas do campo para agirem sobre a ação dos outros (FOUCAULT, 1995).

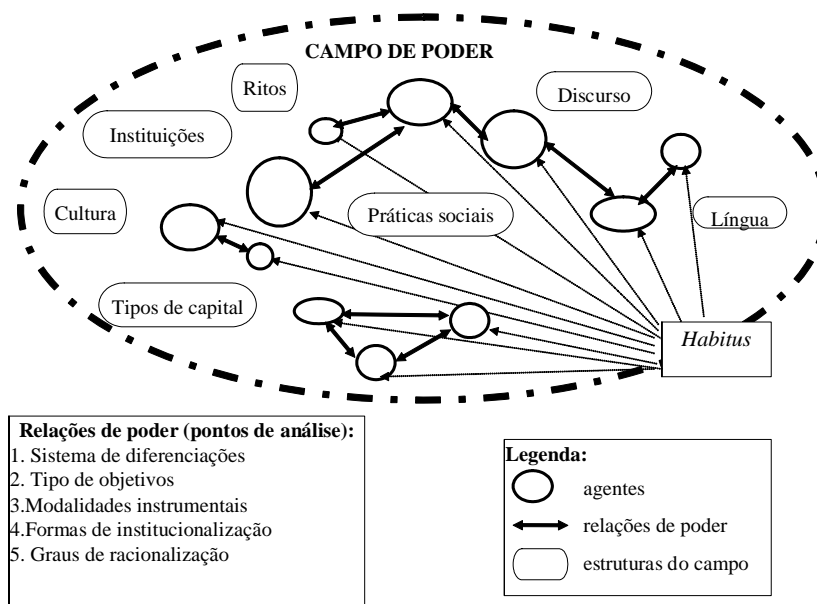
Importante perceber que essas ações ocorrem num campo estruturado objetivamente, com suas características próprias e instituições e que os agentes agem em conformidade com seu *habitus*, adquirido ao longo de sua vida e por meio das formas de socialização exercidas pela organização e pelo meio social em que vivem (BOURDIEU, 1999). Porém, deve-se observar que, apesar da presença das estruturas objetivas e subjetivas que funcionam no sentido de perpetuar a dominação dentro do campo de poder, em um nível macrossocial (BOURDIEU, 2001a), existe também a possibilidade de resistência por parte dos agentes que relativiza sua submissão e possibilita a liberdade de

ação para esses agentes dentro do campo, mediante o desenvolvimento de estratégias que lhes permitam transitar e se inserir, mais ou menos favoravelmente, dentro desse campo específico (FOUCAULT, 1977, 1979). O que se pretende argumentar aqui é que, mesmo sob a influência de determinadas características institucionais, organizacionais, bem como do tipo de socialização ao qual os agentes tenham sido submetidos, esses mesmos agentes são capazes de produzir conhecimento acerca do contexto e de agirem ativamente no sentido de exercerem poder em determinadas situações.

A liberdade de ação reconhecida por Foucault pressupõe um espaço de transformações possíveis que, segundo Meyer (1996), introduzem a concepção de movimento, fluidez e de pequenas mudanças nas ações cotidianas, as quais são concebidas de uma forma mais rígida no trabalho de Bourdieu (1999, 2001a). Isso acontece, porque, na perspectiva cunhada por Bourdieu, enfatiza-se a presença de estruturas mais fixas e austeras construídas num plano mais macrossocial, as quais influenciariam a conduta dos agentes de forma quase determinante. Nesse caso, o espaço de ação que resta a esses agentes fica minimizado. Para Bourdieu (1998), a libertação à violência simbólica e à dominação só pode vir de uma ação coletiva capaz de desafiar as estruturas objetivas e corporificadas, que subverta as fundações da produção e reprodução de seu capital simbólico. Diante do exposto, acredita-se na relativização dessa dominação, a partir do momento em que a análise é realizada no nível microfísico, como propõe Foucault (1979). Percebe-se que mesmo as ações coletivas resultam, primordialmente, de ações individuais, localizadas, cotidianas, as quais podem se expandir até alcançar um nível macro de influência. E essa é a principal razão de se trabalhar com base nos pressupostos dos dois autores: Michel Foucault e Pierre Bourdieu, conforme esquematizado na Figura 1.

A partir da observação dos pontos de análise das relações de poder, propostos por Foucault (1995), possibilita-se conhecer os sistemas de diferenciações presentes na organização estudada, o tipo de objetivos estabelecidos pelos agentes atuantes no campo, as modalidades/estratégias de exercício utilizadas por eles, as formas institucionalizadas para seu exercício, sua eficácia e seu custo eventual em função das resistências existentes.

Essa proposta de análise, quando trazida para o campo das pesquisas em administração, pode ser adotada em estudos que enfoquem a dinâmica das relações de poder em organizações, como no caso de processos de mudança organizacional.



FONTE: Elaborada pelos autores

FIGURA 1 – Proposta de análise das relações de poder nas organizações.

Nesse sentido, por exemplo, os trabalhos de Carrieri (2001), Luz (2001) e Rodrigues (1991), acerca de mudanças ocorridas em uma empresa de telecomunicações no Brasil, poderia ser abordado sob a lente das (re)estruturações das relações de poder em seu interior após vários processos de transformação. As várias fases vivenciadas pela organização e seus membros denotam diversas mudanças nas estruturas do campo de poder as quais, por sua vez, aliadas aos novos entrantes contratados pela organização (portadores de *habitus* diferenciados), permitem reconfigurações nas relações de poder. Nessas reconfigurações, antigos presidentes, diretores ou gerentes podem vir a perder sua capacidade de exercer poder, sendo, inclusive, demitidos. Da mesma forma, outros membros da organização que conseguem apreender o conhecimento produzido em torno da mudança organizacional e utilizarem-no para exercerem poder em determinadas áreas, podem reconfigurar suas posições no campo e ocupar postos de maior importância dentro da organização.

Outra possibilidade de utilização dessa proposta seria no estudo das relações de gênero no espaço organizacional. Considerando-se as relações de gênero como relações de poder (CAPPELLE et al., 2002), pode-se

buscar compreender como a inserção feminina em determinados tipos de organização pode alterar a configuração das relações de poder em seu interior. Nas pesquisas realizadas por Melo (2002), por exemplo, a autora verificou diferenças nas formas de inserção de gerentes mulheres em organizações de setores diversos: em organizações do setor industrial e do setor financeiro. Nesse caso, pode-se inferir que as estruturas do campo de poder nos dois tipos de organização são diferenciadas, ocasionando maiores dificuldades de inserção para as gerentes do setor industrial do que para as do setor financeiro. Da mesma forma, as relações de poder vivenciadas pelas gerentes pesquisadas também são influenciadas pelo setor em que atuam, não se podendo desconsiderar também suas estruturas mentais (*habitus*), bem como as de seus colegas de trabalho. Contudo, da posição de gerentes, essas mulheres exercem poder e desenvolvem estratégias próprias de inserção na organização e de crescimento na carreira, o que as afasta da imagem de submissas e dominadas difundida por muitos estudos acerca da estrutura patriarcal das organizações (CARVALHO et al., 2001; MADRUGA et al., 2001; THIRY-CHERQUES, 2003).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste ensaio, teve-se por objetivo construir uma proposta teórica de análise das relações de poder nas organizações, na tentativa de estabelecer uma ligação entre Foucault e Bourdieu.

Procurou-se partir de duas teorias distintas, mas não diametralmente antagônicas, sobre o poder para sugerir um modelo que, ao juntar os dois autores, tenta suprir as deficiências de cada um com suas potencialidades. Percebe-se, portanto, que o aumento da complexidade das organizações e das relações sociais em seu interior – visto que a cada dia se introduzem novas estratégias de gestão das pessoas, tais como a participação, o aumento da autonomia, o desenvolvimento das competências, que envolvem muito mais aspectos subjetivos dos empregados – vem sendo acompanhado por crescente busca de explicações teóricas também mais complexas para esses fenômenos.

A presente proposta vem ao encontro dos anseios de Morin & Le Moigne (2000) e Santos (1996) no que diz respeito à procura por novos modelos e explicações mais abrangentes para o mundo social. Também tenta atender aos clamores de Hardy & Clegg (2001) pela transformação dos estudos organizacionais em um conjunto de conversações mais relacionadas e conectadas entre si, principalmente, no que se refere aos estudos sobre o poder.

A busca por essas novas explicações vem combater o que Morin & Le Moigne (2000) denominam de problema da hiperespecialização, um fenômeno que faz com que a ciência se transforme num mosaico de disciplinas, herméticas, cerradas, as quais não podem se comunicar umas com as outras. Para o autor, o impacto dessa especialização excessiva é a fragmentação/desintegração das realidades molares com as quais as vidas humanas são confrontadas, fazendo desaparecer o ser humano, a subjetividade, a sociedade, enfim, a própria vida e condenando a capacidade de reflexão do cientista.

Uma outra justificativa para a retomada reflexiva da multidimensionalidade nas análises é fornecida por Chanlat (1999), como uma forma de se buscarem respostas para graves problemas sociais que se vem afrontando, tais como fragmentação social, empobrecimento, precariedade, desemprego, exclusão, risco ecológico, entre outros. Assim como o autor, acredita-se na necessidade inadiável de se ampliarem os horizontes dos pesquisadores, buscando uma contribuição mais ampla, principalmente no que diz respeito às ciências humanas e sociais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a. p. 28-40.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996b.

BOURDIEU, P. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papyrus, 1998. p. 11-27.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 159 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. 322 p.

BOURDIEU, P. Memória e sociedade: nota de apresentação. In: _____. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b. 322 p.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis-elements of the sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L.; BRITO, M. J. M. Relações de gênero e de poder: repensando o masculino e o feminino nas organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002. **Anais...** [S.l.]: ANPAD, 2002.

CARRIERI, A. de P. **O fim do 'Mundo Telemig'**: a transformação das significações em uma empresa de telecomunicações. 2001. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

CARVALHO, M. da P. F. dos S. de; CARVALHO, J. L. F. dos S. de; CARVALHO, F. A. A. de. O ponto de vista feminino na reflexão ética: histórico e implicações para a teoria de organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001. **Anais...** [S.l.]: ANPAD, 2001. p. 16.

- CHANLAT, J. F. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 1999. 100 p.
- CLEGG, S. R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 32, n. 5, nov./dez. 1992.
- CLEGG, S. R. **Frameworks of power**. London: Sage, 1993. 297 p.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **El actor y el sistema: las restricciones de la acción colectiva**. México: Alianza Mexicana, 1990. 392 p.
- DREYFUS, L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FISCHER, R. M. O círculo do poder: as práticas invisíveis de sujeição nas organizações complexas. In: FLEURY, M. T. L. et al. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.
- FOUCAULT, M. **Discipline and punish: the birth of the prison**. London: Penguin, 1977.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.
- FOUCAULT, M. **Power/knowledge: selected interviews and other writings by Michel Foucault**. Brighton: Harvester, 1980.
- FOUCAULT, M. Apêndice: o sujeito e o poder. In: DREYFUS, L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-250.
- GALBRAITH, J. K. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.
- HARDY, C.; CLEGG, S. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 260-289.
- LECHTE, J. **Fifty key contemporary thinkers: from structuralism to postmodernity**. New York: Routledge, 1995. 251 p.
- LUKES, S. **O poder: uma visão radical**. Brasília, DF: UnB, 1980. 57 p.
- LUZ, T. R. da. **Telemar-Minas: competências que marcam a diferença**. 2001. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- MADRUGA, L. R. da R. G.; GOMES, C. M.; FLEIG, D. G.; ALTÍSSIMO, J. C.; COSTA, V. F. A valorização da mulher no contexto do trabalho: contradições e evidências identificadas na realidade atual. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001. **Anais...** [S.l.]: ANPAD, 2001.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. 2. ed. São Paulo: Atena, 1944.
- MELO, M. C. O. L. **Estratégias do trabalhador informático nas relações de trabalho**. Belo Horizonte: UFMG/FACE, 1991. 411 p.
- MELO, M. C. O. L. Estratégia do(s) empregado(s) no cotidiano das relações de trabalho: a construção de processos de auto-regulação. In: DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J. (Orgs.). **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MELO, M. C. O. L. Gerência feminina nos setores industrial e bancário: o conservador internalizado versus o moderno em construção. In: CLADEA, 37., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2002.
- MEYER, D. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 41-51.

- MINTZBERG, H. Power and organization life cycles. **Strategic Management Journal**, [S.l.], v. 9, n. 2, 1983.
- MISOCZKY, M. C. A. Campo de poder e ação em Bourdieu: implicações de seu uso em estudos organizacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ENANPAD, 2001. CD-ROM.
- MISOCZKY, M. C. A. O poder na metáfora do jogo: uma leitura de Bourdieu e Matus influenciada por Gadamer. In: _____. **O campo da saúde após a Constituição de 1988**: uma narrativa de sua produção social. Porto Alegre: Dacasa, 2002.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000. 195 p.
- PETTIGREW, A. M. Strategy formulation as a political process. **International Studies of Management and Organizations**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 78-87, 1977.
- PFEFFER, J. **Power in organizations**. Marshfield: Pitman, 1981.
- RODRIGUES, S. B. **O chefinho, o telefone e o bode**: autoritarismo e mudança cultural no setor de telecomunicações. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996. 59 p.
- SARUP, M. **An introductory guide to post-structuralism and postmodernism**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993. 206 p.
- SEGNINI, L. R. P. Sobre a identidade do poder nas relações de trabalho. In: FLEURY, M. T. L. et al. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Condição feminina e percepção dos valores morais no nível gerencial e técnicos das organizações brasileiras. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 477-511, mar./abr. 2003.
- TOWNLEY, B. Foucault, power/knowledge, and its relevance for human resource management. **Academy of Management Review**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 518-545, 1993.
- WACQUANT, L. J. D. Toward a social praxeology: the structure and logic of Bourdieu's sociology. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: Chicago University, 1992.